Câmara Municipal
Vitória da Conquista
Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600
Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

CÂMARA MUNICIPAL
VITÓRIA DA CONQUISTA
PROPOSIÇÃO LIDA E APROVADA
EM 04/02/2022
Luís Carlos Dudé
PRESIDENTE

REQUERIMENTO N.º 23/2022

Requeiro à mesa, na forma regimental vigente, ouvido o plenário, a realização de uma Audiência Pública para o dia 17 de maio de 2022, às 19h, para comemorar o Dia Internacional da Luta contra a Homofobia, transfobia e bifobia, bem como discutir políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+.

JUSTIFICATIVA

"No dia 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças. Até então, uma série de países ainda tratava homossexuais como pessoas com desvios patológicos mentais, permitindo preconceitos e violações como terapias de reversão, a conhecida "cura gay".

Por conta desse avanço na luta por direitos civis, o dia 17 de maio tornou-se o Dia Internacional Contra a Homofobia, data oficial de reforço e rememoração das lutas da população LGBTQI+ contra a violência e perseguição às quais é submetida. A ação tomada pela OMS foi uma das que auxiliou a redução de cerca de 74% da população mundial vivendo sob leis estatais de criminalização contra homossexuais em 1969 para cerca de 27% em 2018, segundo relatório de 2019 da International Lesbian, Gay, Bixesual, Trans and Intersex Association (ILGA World).

Entretanto, os números contra a homofobia ainda estão longe de serem ideais. No "Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBT no Brasil" do Grupo Gay da Bahia (GGB) em 2019, embora demonstre redução em relação a anos anteriores, ainda se registram 329 mortes violentas de LGBTQI+ no país, sendo 297 homicídios e 32 suicídios, uma morte a cada 26 horas. Leva-se em consideração também a ausência de levantamentos oficiais do Estado e a grande quantidade de subnotificação"1.

Vitória da Conquista é uma cidade que possui altos índices de violência contra a população LGBTQIA+, sobretudo com as mulheres transexuais. Carecemos de dados municipais sobre a violência e de uma rede pública de proteção a essa população, razão pela qual faz-se necessário promover uma audiência pública para debater políticas públicas e a efetivação da legislação existente

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 14 de Janeiro de 2022.

Alexandre Garcia Araújo – Xandó
Vereador (PT)